



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640024 - RO (2021/0012623-9)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**PACIENTE** : RUBENS BARBOSA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RUBENS BARBOSA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Recurso em Sentido Estrito n. 0000318-66.2020.8.22.0010).

O paciente foi pronunciado como incurso no art. 121, §2º, II, III e VI, §2º-A, I, todos do Código Penal, na forma da Lei n.11.340/2006.

A impetrante sustenta a ocorrência de nulidade da pronúncia por excesso de linguagem, aduzindo que "a fundamentação apresentada pelo Juízo de primeiro grau não se limitou à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação" (fl. 4).

Afirma que a decisão "incorreu em excesso de linguagem, analisando as teses de defesa e trazendo forte valoração do mérito da causa, sendo, portanto, passível de influenciar o Conselho de Sentença" (fl. 5).

Requer, liminarmente, a anulação da sentença de pronúncia. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 21-22):

[...]

*A bem dizer, para se desconstituir a decisão de pronúncia, é necessário que se constate, estreme de dúvidas, a inexistência de indícios mínimos de autoria.*

*No caso em testilha, a autoria do crime de homicídio duplamente qualificado imputada ao recorrente foi examinada dentro dos limites permitidos à fase processual de pronúncia, pelo Juízo Singular, que não cotejou provas, apenas elencou depoimentos de testemunhas presenciais do delito, e que forneceram os elementos mínimos necessários à convicção de que o caso deveria ser remetido à competência do*

*Tribunal do Júri.*

*[...]*

*No caso, como se pode notar, não é possível falar em excesso de linguagem da decisão de pronúncia só pelo fato de o Juiz Singular concluir pela existência de indícios de autoria e prova de materialidade, ou pela admissibilidade das qualificadoras, se nada ponderou sobre a responsabilidade do recorrente.*

*Ademais, chega a ser incoerente tributar ao juízo da pronúncia o alegado excesso de linguagem, se o recorrente confessou a prática do delito e esse fato foi meramente citado, assim como as declarações das testemunhas presenciais do crime, em tudo convergindo à convicção mínima a dar ensejo à remessa ao Tribunal do Júri.*

*No tocante às qualificadoras, não há como excluí-las, de plano, se houver, como no caso há, elementos convergindo à constatação de que o delito tenha sido cometido segundo a motivação indicada na denúncia, no caso, meio cruel e insidioso, mediante reiteração de golpes em região vital da vítima, sem deixar chance de defesa, sobretudo na condição de vulnerabilidade em decorrência do gênero e da relação familiar afetiva.*

*Ademais, excluir qualificadoras por ocasião da pronúncia só é possível quando manifestamente improcedentes, isto é, quando completamente destituídas de amparo nos elementos cognitivos (Resp 1.241.987-PR, Rel. Mina Moura, Maria Thereza de Assis, julg. 6/2/2014), o que não ocorre nestes autos.*

*No caso, os elementos indiciários colhidos na instrução são suficientes para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal Popular, inclusive com relação às qualificadoras, sem que isso importe juízo de valor, se efetivamente a decisão não se aprofundou no exame da prova, tampouco inviabilizou a ampla defesa, incumbindo aos jurados valorar o depoimento das testemunhas que apontam o recorrente como provável autor.*

*Portanto, se a decisão de pronúncia foi proferida pelo juízo singular com sobriedade e imprescindível fundamentação, conforma-se ao teor do art. 413, § 1º, do CPP, não contendo, assim, nulidade.*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência